

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

ATA Nº 022

PRESIDENTE - DEPUTADO CARLÃO NASCIMENTO

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-noite.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir duas Mensagens: A Mensagem nº 32/04, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e a Mensagem nº 32-A, que trata do Plano Plurianual.

Eu convido para compor a Mesa o Sr. Manoel Ferreira de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres; o Exmº Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação-Geral; Exmº Sr. João Malheiros, Deputado Estadual, vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Relator da LDO; o Exmº Sr. Deputado Estadual Da Silva, aqui de Cáceres, que fez com que estivéssemos hoje aqui para discutirmos essas duas mensagens; e a Srª Deputada Estadual Verinha Araújo.

Convido a todos para que, em pé, ouçamos o Hino Nacional.
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Queremos registrar e agradecer a presença dos Srs. Wilson Kishi, Vereador de Cáceres; Leomar Arantes Mota, Vereador de Cáceres; Valdeníria Dutra Ferreira, Vereadora de Cáceres; José de Souza Brandão, Vereador de Cáceres; Cel. da PM Leovaldo Emanuel Sales, Coordenador do GEFRON; Luiz Jorge Brasilino da Silva, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT; Gregório Garcia, Vice-Presidente da Câmara de Cáceres; Filomena de Alcântara Silva, Vereadora de Cáceres; César David Mendo, Vereador de Cáceres; e do Secretário Municipal de Saúde, Sr. Hamilton Lobo.

Agradecemos também a presença dos moradores da comunidade Vila Irene II.

Nós vamos fazer na noite de hoje a nossa quarta audiência pública. Nós fizemos uma audiência em Cuiabá, uma outra na cidade de Várzea Grande, uma outra na cidade de Vila Rica e estamos fazendo esta hoje aqui na cidade de Cáceres. Com isso encerramos a discussão, tanto da Lei de Diretrizes Orçamentária como também do PPA.

Estamos fazendo nesse período uma revisão ao PPA em função de que quando nós o votamos, no ano passado, ficou acordado que faríamos neste ano, juntamente com a discussão da LDO, essa discussão do PPA para que fizessemos então uma revisão do PPA.

Todas as emendas que os Srs. Parlamentares apresentaram já estão no projeto. Nós abrimos espaço até o dia de hoje para que pudéssemos ainda ter a oportunidade de fazer essas emendas. A partir de amanhã faremos uma discussão dessas emendas e, provavelmente, a LDO e o PPA entram na votação na quarta-feira de manhã. Então, de manhã e à tarde, conseguimos votar essas duas matérias.

Quero, neste instante, dizer que por mais que a Comissão já tivesse decidido que faríamos audiências públicas em vários locais, quanto a esta audiência pública de Cáceres também

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

havia um pedido, um requerimento de autoria do Deputado Da Silva, que representa esta cidade na Assembléia Legislativa. Portanto, estamos aqui atendendo a um requerimento de autoria do Deputado Da Silva.

Eu gostaria de colocar que como vamos trabalhar na noite de hoje, primeiramente vamos dar a palavra ao Secretário de Planejamento, Dr. Yenês Magalhães, que vai fazer uma explanação tanto do PPA quanto da LDO; logo em seguida, vamos abrir a palavra, primeiro, ao Deputado Da Silva e aos demais Deputados aqui presentes; e, então, passaremos a palavra a todos vocês.

O que queremos com isso aqui é na realidade abrir um espaço para que toda a sociedade de Cáceres possa participar deste trabalho. O Governo andou discutindo o PPA em todas as regiões do Estado. Nós estamos fazendo esta discussão agora, principalmente da LDO, que vai orientar a confecção do orçamento de 2005. E a partir de setembro, quando esse orçamento chegar à Assembléia Legislativa, iremos abrir novamente para toda a sociedade ter a oportunidade também de estar colocando alguma emendas, os seus anseios naquela peça orçamentária. Com isso, estamos tendo a oportunidade de democratizar todos esses instrumentos de planejamento do Estado. O que é importante não é só participarmos desse momento, que é um momento de confecção dessas peças orçamentárias, mas o mais importante é que todo cidadão possa estar acompanhando o desenvolvimento desse orçamento a partir do ano que vem.

Vamos ter amanhã, às 09:00 horas, na Assembléia Legislativa o Secretário de Fazenda prestando contas do que foi o primeiro quadrimestre deste ano, embora um pouco atrasado, mas estamos fazendo no dia de amanhã. É importante que possamos estar avaliando todo o trabalho que o Governo vem fazendo, porque não basta só fazer o orçamento, planejar e depois não acompanhar essa execução. Então, é muito importante este trabalho.

Então, vamos passar a palavra ao Secretário Yenês Magalhães.

Queremos agradecer a presença do Vereador Mauro Massao Tanaka, que é Vereador da cidade de Cáceres.

Com a palavra, o Sr. Yênes Jesus de Magalhães, para fazer sua apresentação. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Cumprimento o Sr. Presidente desta audiência pública, Deputado Carlão Nascimento; nosso particular amigo, Deputado João Malheiros; Exmº Sr. Deputado Da Silva, que representa a região e a cidade de Cáceres, hoje, na Assembléia Legislativa; Deputada Verinha Araújo, nossa amiga também.

Gostaria de cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Manezinho e, em seu nome, cumprimento todos os Vereadores aqui presentes, em particular nosso amigo Vereador Kishi, que até há poucos dias esteve conosco no Governo do Estado.

Gostaria de dizer ao Manezinho que ficamos muito contentes e muito honrados de estar aqui neste momento, porque - a não ser que eu esteja errado, mas acho que não estou - nós temos aqui quatro Deputados e o Secretário. Todos nós fomos Vereadores. Eu ainda sou Vereador. Eu me licenciei do cargo de Vereador para poder assumir o cargo de Secretário de Estado de Planejamento.

O Deputado João Malheiros é, sem dúvida nenhuma, por quatro mandatos... Ele quase se aposentou como Vereador, mas aí, pelo belíssimo trabalho que fez por Cuiabá, sem dúvida alguma, hoje temos o orgulho de ter a cuiabania à frente na Assembléia, junto com a Deputada Verinha Araújo e o nosso particular amigo Deputado Carlão Nascimento.

Gostaria de cumprimentar o nosso Prefeito Túlio Fontes, aqui da cidade de Cáceres, que se faz presente, e convidá-lo para fazer parte da Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Eu queria, antes de entrar na apresentação da LDO, Deputado Carlão Nascimento, de aproveitar e fazer uma prestação de contas aqui para toda população presente. No ano passado, no primeiro ano do Governo Blairo Maggi, nós tínhamos uma promessa de campanha que era a Agenda Mato Grosso mais Forte, uma agenda com as promessas de campanha do Governador Blairo Maggi. Nós fizemos dezesseis Fóruns regionais. Nessa região, aconteceu em São José dos Quatro Marcos, onde ouvimos, ao todo, Sr. Prefeito, mais de quatro mil pessoas no Estado de Mato Grosso e 682 representações de sindicatos, associações, federações, câmaras e prefeituras.

É, até o presente momento, o Orçamento, o Plano Plurianual, mais discutido com a sociedade mato-grossense. Nesse Plano Plurianual, como o próprio nome diz, de 2004/2007, conseguimos, pela primeira vez, a Assembléia Legislativa entendeu a necessidade de estar todo o ano fazendo sua atualização. Então, temos o prazo do dia 15 de abril para encaminhamento do PPA e da LDO e encaminhamos as emendas.

E aí, mais uma vez, faço questão de ressaltar, porque no ano passado, Deputado Carlão Nascimento, nós tivemos aqui em Cáceres, no Centro Cultural, uma apresentação, com uma participação muito grande da comunidade de Cáceres, quando os Srs. Deputados apresentaram ao todo, no ano passado, 259 emendas ao PPA.

Por questão de regionalização ou, no caso, por que as emendas estavam em nível municipal, pedimos aos Srs. Deputados que fossem retiradas. Eu fiz uma promessa aos Srs. Deputados de que iríamos buscar trabalhar essas emendas para que elas estivessem na revisão do PPA neste ano. Então, mais de 70% das emendas já foram incorporadas na revisão do PPA. Pelos Srs. Deputados agora já foram apresentadas 144 emendas à LDO, aliás, 149 - ótimo, todo dia aumenta, mas hoje é o último dia.

Hoje pela manhã nossa equipe da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral passou toda a manhã com o Deputado João Malheiros e sua assessoria, discutindo emenda por emenda, para que pudéssemos chegar a um consenso.

Isso é muito importante ser ressaltado, porque independentemente de sigla partidária e também de ser Executivo ou Legislativo, nunca se discutiu tanto esses projetos, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Isso é da maior importância, porque na verdade até há algum tempo, os Srs. Vereadores aqui presentes sabem muito bem, elaboravam-se essas leis, chegava no final do mandato e elas não eram cumpridas. Muitas vezes mais de 70% da lei não eram cumpridos. Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101/00, não tem mais como acontecer isso.

Então, hoje qualquer ação que um prefeito, um Governador ou o Presidente da República queira executar, obrigatoriamente tem que estar no PPA, na LDO e na LOA. Então, isso é muito importante, porque ano a ano vamos fazendo aprimoração desses projetos e com a participação da população. A partir do momento em que os senhores apresentam uma reivindicação, seja um vereador ou um deputado, e consegue aprová-la e é sancionada pelo prefeito ou pelo governador, automaticamente essa emenda será cumprida. Isso é muito importante.

Um fato novo também - os Srs. Deputados sabem, aqui eu estou colocando mais para os prefeitos e à população de Cáceres -, na elaboração da Lei Orçamentária, que vamos fazer no mês de agosto e encaminhar à Assembléia Legislativa até dia 30 de setembro, é que estamos, por determinação do Governador Blairo Maggi, disponibilizando as emendas para obras. É isso, não é, Deputado João Malheiros? As emendas para as obras dos Srs. Deputados estarão no montante já especificando onde essas obras estarão acontecendo nos municípios do Estado de Mato Grosso. Isso é muito importante, porque até então isso não acontecia. É a primeira vez que essas emendas vão ser colocadas em nível de obras para serem executadas pelo Governo do Estado no ano que vem.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Com relação à LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na verdade, ela só vai regulamentar o que temos que colocar na lei orçamentária para o ano que vem, que é exatamente o momento em que vão ser colocados os projetos para atender melhor o anseio da população.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é composta de instrumento de planejamento que antecede o orçamento.

Vamos fazer a apresentação da primeira parte.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, junto com o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, constitui o conjunto integrado de instrumento de planejamento criado pela Constituição Federal, compreendendo metas e prioridades da administração pública, orientando a elaboração da Lei Orçamentária, dispondo sobre a alteração na legislação tributária e estabelecendo as políticas de aplicação da agência financeira. Esse é um destaque também, porque, na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, foi empossada a direção da MT Fomento, que é a Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso. Dentro de alguns meses todas as cidades estarão recebendo essa orientação de como fazer para poder estar trabalhando com a Agência de Fomento que, na verdade, é uma agência que vai estar fazendo empréstimo para pequenos, microprodutores ou comerciantes para que possam gerar emprego e renda. Isso é muito importante. Por quê? Porque a Agência de Fomento vai fazer isso a custo praticamente zero, porque não vai ter taxa de juros. Será juro zero. O que o Governador Blairo Maggi quer é que esse recurso retorne para que possamos reinvesti-los para outras pessoas.

A LDO é um elo entre o PPA e a LOA. Ela tem que, em cada exercício, ser aprovada com as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas no PPA.

Como eu tinha dito, a questão da lei por tabela fiscal amarra e, a partir desse momento, não tem como você desenvolver qualquer projeto que não esteja no PPA, na LDO ou na LOA.

Hoje, se o Prefeito Túlio Fontes ou mesmo o Governador Blairo Maggi quiser executar um projeto, se ele prometer a realização de um projeto, esse projeto tem que estar no PPA, na LDO e na LOA. Então, hoje é obrigatório fazer essa inclusão.

Fundamento Legal é a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prazos: No caso, o Poder Executivo deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até oito meses antes, que é o dia 15 de abril, e foi o prazo que tínhamos para encaminhar a revisão do PPA e da LDO.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias: As prioridades e metas da administração pública; a estrutura e organização dos orçamentos; as diretrizes gerais para elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento e suas alterações e a disposição sobre as transferências constitucionais.

Deve constar, também... Ela amarra o que tem que estar na Lei Orçamentária que vai ser encaminhada para a Assembléia Legislativa até o dia 30 de setembro.

Disposição sobre transferência voluntária, que são recursos que vêm do Governo Federal para o Estado; disposição sobre precatórios judiciais; disposição sobre política para aplicação de recursos na agência, no caso a MT FOMENTO; disposição relativa à despesa do Estado com pessoal e encargos sociais; a dívida - são coisas que não têm como ficar de fora - e qualquer alteração que ocorra na Legislação Tributária.

Segundo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 4.320/64 e na LDO de 2005, o Orçamento anual deverá ser composto de orçamento fiscal, de orçamento de seguridade social e orçamento de investimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

As ações do Governo serão organizadas e programadas nos orçamentos através de programas, atividades, projetos e operações especiais, nos quais as mesmas serão identificadas segundo as regiões de planejamento, constantes no Plano Plurianual 2004/2007.

Estabelece o artigo 11 da LDO - é uma proposição que está em tramitação na Assembléia Legislativa - a composição da consolidação dos quadros orçamentários que deverão compor o Projeto de Lei Orçamentário para o exercício de 2005.

Nós temos que encaminhar o resumo da estimativa da Receita total e da Despesa por categoria econômica; a fixação da despesa por função e a fixação da Despesa por Poder, no caso Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público e também por órgãos, seja ela direta, como uma secretaria, ou indireta, no caso das autarquias e as empresas públicas; a Receita arrecadada nos últimos três anos, três exercícios em que foi elaborada a presente proposta, a Receita prevista para o exercício que está em elaboração e a Receita para o ano de 2005; e também a Despesa realizada nos últimos três anos, a Despesa fixada neste exercício de 2004 e a Despesa para o exercício de 2005, que é a proposição que será encaminhada para a Assembléia Legislativa; a estimativa da Receita do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, isolada e conjuntamente por categoria econômica; e Despesa e Receita do Orçamento Fiscal e Seguridade Social; a sua composição, distribuição da Receita e Despesa por função no Governo, no Orçamento Fiscal e Seguridade Social, isoladamente e em conjunto; e programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Nesse caso, ela marra a questão do ensino, que são os 25% da arrecadação da Receita Corrente Líquida para a Educação, e nós temos mais 4% que é para o ensino superior, no nosso caso a UNEMAT, que tem um representante aqui.

Também, a fixação da saúde, que é 12% hoje da Receita corrente líquida para a saúde no Estado de Mato Grosso.

Demonstrativo do serviço da dívida para 2005, com identificação da natureza da dívida e discriminação do principal e dos acessórios; e demonstrativo da dívida fundada e fluante. Quer dizer, temos que submeter todo esse relatório aos Srs. Deputados, para que eles tenham realmente instrumentos para avaliar, não só a Lei de Diretrizes Orçamentária, como, principalmente, a Lei Orçamentária de 2005 para aprovação.

E aplicação dos recursos reservados para a saúde, como tinha dito, que hoje é de 12% da Receita corrente Líquida.

Demonstrativo da despesa e demonstrativo do programa anual de trabalho.

Deputado Carlão Nascimento, essa é uma inovação. No ano passado conseguimos planejar um avanço para este ano. Pela primeira vez nós conseguimos amarrar o Orçamento ao financeiro. Hoje o Orçamento está totalmente amarrado ao financeiro.

Para o ano que vem estaremos trazendo inovações também, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, estamos amarrando o Orçamento ao Planejamento, que, por incrível que pareça, pensávamos e falávamos: Puxa, mas o Orçamento e o Planejamento do Estado não eram amarrados? Não eram amarrados, e nem dos municípios não são amarrados, porque você tem uma equipe que faz o planejamento e uma outra equipe que elabora o orçamento. E hoje, a mesma equipe elabora o planejamento e é só colocar o financeiro que já se transforma no orçamento para 2005.

Então, as equipes do Estado, hoje, estão em treinamento. São oitenta técnicos de diversas Secretarias. Eu já fui procurado por mais de oitenta técnicos que querem saber dessa inovação, porque senão eles não conseguirão elaborar o orçamento a contento.

E, assim como já foi dito na Audiência Pública que houve na Assembléia Legislativa, também estamos entrando em contato com a Assembléia Legislativa para disponibilizar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

um número de vagas para que os Srs. Deputados possam colocar as suas assessorias e também a assessoria da Casa para poder atualizar em relação à elaboração desse orçamento a partir do amarramento com o planejamento que ocorrerá a partir do ano de 2005, e que está sendo elaborado este ano.

Demonstrativo regionalizado do efeito sobre receita, despesa decorrente de isenções, anistias, demissões, subsídios, benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Na verdade, isso é um dispositivo muito importante, principalmente em relação aos Srs. Deputados e em relação ao Tribunal de Contas que, neste momento, está sendo feito uma série de levantamentos, principalmente pelo Tribunal de Contas, que é o órgão de assessoramento da Assembléia Legislativa, em relação às isenções, aos subsídios que são dados pelo Governo do Estado para que cada vez mais possamos ter uma participação mais próxima da realidade. O que realmente representa aquele setor, o que está sendo incentivado, se ele está trazendo retorno para a população, para o Estado de Mato Grosso.

A mensagem deverá conter: situação econômica e financeira, demonstrativo da dívida, exposição de receita e despesa.

“Art. 12 A Lei Orçamentária discriminará dotação orçamentária destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor”.

Isso é um fator muito importante e que nas duas Audiências Públicas houve um destaque pela Deputada Verinha Araújo, aqui presente, onde o Estado hoje é obrigado a encaminhar para o Tribunal de Justiça esse controle da previsão orçamentária e também o cronograma das pessoas que estarão durante o ano de 2005 recebendo esses débitos, que no caso são chamados - alguns casos - de precatórios e outros de carta de crédito que o Estado emitiu ao longo dos anos.

“Art. 13 A Comissão Permanente de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, prevista no § 1º do art. 164 da Constituição Estadual, terá acesso, para fins de consulta, quando da apreciação da proposta orçamentária, do acompanhamento e da fiscalização da execução orçamentária, ao Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR, ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, ao Sistema de Administração de Pessoal e ao Sistema de Acompanhamento da Arrecadação”.

Isso eu faço questão de ressaltar, porque no caso da Secretaria de Estado de Planejamento, no ano passado, nós disponibilizamos e também fizemos um treinamento da equipe da Assembléia Legislativa em relação à utilização do SIDOR, que é o sistema orçamentário e está sob a minha responsabilidade.

Agora, nós já mantivemos, Deputado Carlão Nascimento, um contato - naquele dia mesmo, eu prometi que sairia dali e falaria na Secretaria de Fazenda - e também será feito o mesmo trabalho que foi feito pela Secretaria de Estado de Planejamento. Este ano as Secretarias de Estado de Fazenda e de Administração estarão orientando os técnicos da Assembléia Legislativa para auxiliá-las na análise de toda documentação que encaminhamos para a Assembléia Legislativa.

“Art. 19 As propostas parciais do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos órgãos e entidades do Poder Executivo serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento até o dia 13 de agosto de 2004”.

Esse é um fator também que fiz questão de ressaltar que deveria estar nessa proposta, que é o seguinte: todo ano, nós temos que encaminhar o projeto de lei no dia 30 de setembro para a Assembléia Legislativa, e geralmente, no dia 30 de setembro, um bom número de secretarias, que não é pequeno, entrega-me o orçamento, a proposta. Eles me entregam de manhã, para eu encaminhar à tarde para a Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Pela primeira vez, nós estamos fechando isso com um mês de antecedência, para que possamos fazer a avaliação de todos os projetos e, assim, uma compatibilização para, em seguida, encaminharmos à Assembléia Legislativa, porque, na verdade, cada orçamento é executado por um Secretário ou por um presidente de uma autarquia ou empresa. Só que a responsabilidade pelo orçamento, perante o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa, a responsabilidade é minha, é do Secretário de Planejamento.

E não adianta chegar para o Sr. Deputado... Têm acontecido algumas cobranças, como ocorreu há duas sessões, em relação ao Executivo, que são da minha responsabilidade, mas que estão sob responsabilidade de outra Secretaria... Eu fico numa situação em que sou responsabilizado, mas não tive responsabilidade sobre aquilo. Nós alteramos toda essa sistemática para, a partir de agora, nós termos toda essa documentação.

O Secretário de Planejamento, nosso amigo Washington Cançado, também seria interessante que fizesse da mesma forma aqui, para que não houvesse dificuldade na hora de fechar o orçamento do Município de Cáceres.

O art. 31 diz respeito à reserva de contingência... Nós recebemos uma cobrança, Deputado Carlão Nascimento, do Tribunal de Contas neste ano em relação à questão dos 2% da reserva de contingência, que tem que ser tratado com destaque.

Tinha uma emenda... Digo tinha porque já conversamos com o Deputado hoje pela manhã, o Deputado João Malheiros intermediou uma conversa com o Deputado Humberto Bosaipo, que é o autor da emenda, e ele entendeu a necessidade de aprovar os 2% do jeito que está. A preocupação dele era com relação à questão das emendas, e nós garantimos que vamos dar esse encaminhamento junto aos Srs. Deputados.

“Art. 40 A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2005, para o pagamento de precatórios”... Como eu disse, isso é constitucional, temos que cumprir, apesar do montante de recursos ser pouco, mas isso é feito de comum acordo com a Procuradoria-Geral do Estado e com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

O art. 46 diz respeito à questão da Agência Financeira Oficial de Fomento, que, como eu tinha colocado, é um instrumento novo, e dentro dos próximos sessenta dias vai entrar em operação para buscar atender aos micro e pequenos produtores e comerciantes, ou seja, as pessoas que têm necessidade de um financiamento por parte do Governo do Estado.

O art. 48 diz: “No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2005...” Perdão, esse artigo eu tenho que ler na íntegra, porque há uma polêmica.

“Art. 48 No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2005, no âmbito de cada Poder e do Ministério Público, fica autorizada a revisão do vencimento dos servidores públicos estaduais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, II e alíneas, da Lei Complementar Federal nº 101/2000...” - que é a Lei de Responsabilidade Fiscal - “...e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais”.

O que é isso? Na verdade, no ano passado, a Deputada Verinha Araújo apresentou uma emenda para que fosse amarrado na Lei Orçamentária um teto, um índice para a revisão de salários dos servidores públicos.

Na verdade, Deputada, nós estamos com um parecer, que vamos encaminhar para Vossa Excelência amanhã, quando estaremos na Assembléia Legislativa, mostrando que a lei federal que normatiza a elaboração das leis orçamentárias proíbe qualquer fixação que não seja receita e despesa. Somente receita e despesa podem ter fixação de valores na Lei Orçamentária Anual.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Então, em respeito a isso, não podemos amarrar, fazer nenhum amarramento. Mais uma vez, nós pediremos aos Srs. Deputados que aprovelem da forma que estamos encaminhando, mas sem dúvida alguma, dentro das possibilidades, o Governador Blairo Maggi tem buscado recomposição, reajuste salarial dos servidores, como aconteceu este ano com os servidores do Estado de Mato Grosso.

E para muitas categorias houve uma recomposição salarial. Para aquelas em que não houve recomposição, é porque elas já tinham salários que estavam mais atualizados, e foi dado um reajuste de salário de 7,67%, que também é para todo o restante dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

“Art. 55 A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral divulgará, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa por unidade orçamentária...”

Na verdade, após aprovação dos Srs. Deputados, em trinta dias, temos que fazer a publicação e deixar o mais transparente possível todos os instrumentos, principalmente em relação à questão das fontes e categorias econômicas para despesa no ano vindouro.

“Art. 62 A prestação anual de contas do Governo do Estado incluirá relatório de execução dos programas e suas metas, projetos e operações especiais, contendo identificação, data de início, data de conclusão, quando couber, e informação quantitativa, segundo os indicadores de resultado estabelecidos no Plano Plurianual”...

Essa é uma cobrança também que os Srs. Deputados têm feito constantemente, e nós estamos buscando, ano a ano, aprimorar. No ano passado, não conseguimos a contento, porque era o primeiro ano que estávamos elaborando o orçamento. Este ano, nós vamos trazê-lo bem mais detalhado, para facilitar a análise dos Srs. Deputados.

Deputado Carlão Nascimento, a apresentação fica meio difícil para podermos destacar isso, mas, na verdade, concluindo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias vai orientar como vamos elaborar o orçamento para o ano que vem. Então, existem coisas que são fixas, que não têm como alterarmos.

Eu disse o que trouxemos hoje de novidade para os Srs. Deputados, e já tinha conversado com os Srs. Deputados da Assembléia Legislativa, em relação às emendas para as obras que serão executadas pelo governo no ano que vem. Esse é um fator novo que vai depender...

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Qual é o valor?

O SR. YENÊS JESUS DE MAGALHÃES - O valor?

É um milhão e meio de reais por Deputado, que será executado no ano que vem. Nisso, eu vou depender muito dos Srs. Deputados, para que possamos fazer elaboração, atendendo algumas prerrogativas do Estado, porque é um trabalho mais regionalizado, que estamos buscando fazer hoje.

Então, na verdade, a partir desse momento que nós conseguimos ver o Estado de uma forma mais regionalizada, nós precisamos ter o apoio não só dos Srs. Deputados, mas também o apoio inestimável dos Srs. Prefeitos e dos Srs. Deputados federais e Senadores, porque o grande objetivo do Governo do Estado - e não é diferente do Sr. Prefeito - é buscar fazer o desenvolvimento do Estado, e isso tem que ser em parceria. Não adianta o Governo do Estado querer fazer ações isoladas, ou o Prefeito ou o Governo federal. Na verdade, as nossas ações têm que ser cada dia mais em conjunto, cada dia mais em parceria, porque é a única forma que temos de reverter o quadro que hoje se instala nesse país, o quadro de insegurança, o quadro de necessidades que temos em relação às obras, em relação à saúde, em relação à educação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Em qualquer local que vamos, hoje, a maior reclamação da população é a questão da segurança pública. A segunda maior reivindicação é a questão do desemprego, que assola todo esse Brasil. Não é diferente em Mato Grosso, e não seria diferente também na região de Cáceres. A terceira reivindicação, às vezes, alterna, Sr. Prefeito. Às vezes, no município, a terceira é saúde ou é a educação. Geralmente, elas se alternam. Não foge a isso. No município, quando a saúde está em terceiro, a educação estará em quarto.

Então, essa é uma necessidade que temos de trabalhar juntos para que possamos atender melhor à população.

Coloco-me à disposição, Deputado Carlão Nascimento, dos Srs. Deputados e dos Srs. presentes para que possamos prestar mais alguns esclarecimentos. No mais, o meu muito obrigado. Boa-noite.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradecemos aí as palavras do Secretário Yênes Magalhães e vamos passar a palavra ao Prefeito de Cáceres, Túlio Fontes.

O SR. TÚLIO FONTES - Exmº Sr. Deputado Estadual Carlão Nascimento, neste ato, presidindo esta Audiência Pública em que se discute a LDO e representando, também, o nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Riva; Exmº Sr. Deputado estadual João Malheiros, que nos engrandece com a sua presença aqui; Exmª Srª Deputada Estadual Verinha Araújo, nossa também amiga; Exmº Deputado Da Silva, Deputado estadual que representa o nosso município de Cáceres na Assembléia Legislativa; Exmº Sr. Yênes Jesus de Magalhães, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral; Exmº Sr. Manuel Ferreira de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Cáceres. Cumprimento ainda todos os Srs. Vereadores e vereadoras, a Srª Valdeníria Dutra, o Sr. Leomar Amarante Mota, Sr. Wilson Kishi, Sr. César David Mendo, Srª Filomena Maria Alcântara Silva, Sr. Gregório Garcia Lobato Lopez.

Cumprimento de forma bastante elogiosa o nosso Coronel da PM, Sr. Leovaldo Sales, que neste ato representa a nossa gloriosa Polícia Militar, Coordenador do GEFRON, que, diga-se de passagem, vem fazendo um trabalho magnífico em toda nossa fronteira, dando mais segurança a nossa população; o Vereador José Brandão; as senhoras; os senhores; as demais autoridades presentes neste ato; e os alunos que estão nesta audiência pública. É muito importante a presença de todos vocês neste momento, porque, desde a escola, na verdade, é que vai se tomando consciência da cidadania e da importância da participação de todos, principalmente quando se discute um assunto tão relevante para o Estado de Mato Grosso, sobretudo para o nosso município de Cáceres.

Neste momento, quero agradecer, em nome da população cacerense, a presença da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso em nosso município. Sem dúvida alguma, a Assembléia Legislativa aqui em Cáceres nesta audiência pública é motivo de grande alegria para todos nós cacerenses.

Eu já tive a oportunidade, no passado, de estar Deputado, por um período de quatro meses, e ter o privilégio de chegar lá graças à população cacerense e à Assembléia Legislativa. Naquele período tive a oportunidade de, junto com os demais Deputados - o Deputado Carlão Nascimento se lembra daquele período -, aprovar indicações que não ficaram apenas no papel. Indicações com que conseguimos viabilizar, junto ao Governo do Estado de Mato Grosso, o bloco-02 da nossa universidade, o asfalto da pavimentação na Avenida Nossa Senhora do Carmo e também uma obra que pode parecer pequenininha, mas que tem um efeito maravilhoso na vida de milhares e milhares de pessoas no nosso município - eu falo da Defensoria Pública, Deputado João Malheiros. Defensoria Pública que ajuda de forma decisiva na defesa dos direitos dos menos favorecidos; daqueles que não têm oportunidade de poder fazer a sua defesa através de advogados -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

vamos dizer assim - pagos, propriamente. E, neste sentido, eu tenho como uma passagem muito feliz aqueles meses que passei, que estive na Assembléia Legislativa. Faço voto, de público, para que o Deputado Da Silva, que ora representa o município de Cáceres, também tenha êxito nos seus pleitos na Assembléia Legislativa.

Deputado Da Silva, independente de questões político-partidárias ou outras questões, eu desejo a Vossa Excelência que tenha êxito realmente na Assembléia Legislativa. Que consiga trazer para o nosso município de Cáceres o máximo de benefícios possíveis, seja na área de saúde, de educação, de obras. Enfim, onde for possível.

Esta semana, eu recebi um telefonema do Deputado Da Silva e a secretária que passou a ligação chegou a ponto de me dizer: “Prefeito, é o Deputado Da Silva na linha, querendo falar com o senhor. O senhor atende?” Eu falei: Claro que eu atendo. É lógico que eu atendo, porque, afinal de contas, deverá estar buscando algum benefício para o nosso município. E foi essa a conversa. Uma conversa institucional por telefone quando ele perguntou para mim, e vai confirmar depois, se haveria possibilidade de ceder uma área dentro do nosso Geraldão, porque ele estava trabalhando para vinda de uma piscina para o nosso município de Cáceres. Muito bem, É uma questão institucional e eu estou citando este episódio para dizer a todos os senhores e senhoras aqui presentes, Srs. Deputados, que, independente de partido, de qualquer questão ou até mesmo de ordem pessoal, eu tenho pensamento e acredito que toda população de Cáceres pensa nesse sentido, assim como todos os senhores que estão aqui presentes, que não devemos, de forma alguma, aqueles que foram eleitos, fazer uma mesma idéia entre a questão partidária ou pessoal da questão principal que nos levou à vida pública. Pelo menos esse é o meu intento, ou seja, todos devemos, independentemente de cor partidária, trabalhar pelo benefício da população cacerense. Nesse sentido, estou pronto para trabalhar com qualquer parlamentar, de qualquer partido. Sempre fiz isso, desde o dia 1º de janeiro de 2001, quando cheguei à Prefeitura, porque os interesses da população cacerense sempre deverão estar à frente dos interesses pessoais de quem quer que seja.

Feitas essas considerações, eu quero, Secretário Yênes, dizer a Vossa Excelência que a sua explanação realmente foi muito brilhante.

Eu peguei um trecho aqui dessa explanação, dessa fala de Vossa Excelência, que se o Prefeito ou o Governador quiser fazer alguma obra, tem que estar necessariamente prevista, incluída na LDO. Sim, senhores, é realmente isso que se passa. A obra, realmente, tem que estar prevista na LDO, assim como tem que estar prevista também no PPA e na LOA, a Lei Orçamentária Anual. Todos nós aqui, praticamente, sabemos disso.

Talvez os alunos que estão tendo a oportunidade de vir à Câmara hoje, para ver uma sessão com a presença da nossa Assembléia Legislativa, não tenham talvez a noção exata de tudo isso.

A verdade é que com o advento da Constituição Federal de 88, esses dispositivos chegaram para nortear a administração pública, Deputado Carlão Nascimento. Acontece que, lamentavelmente, nem sempre o orçamento, nem sempre esses três dispositivos, LDO, LOA e PPA, eram cumpridos da forma que deveriam. Todavia, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a coisa mudou e mudou para benefício de toda população brasileira. É lógico que não há como se chegar a determinado lugar, a ter melhorias sem alguns sacrifícios, mas essa lei impõe audiências públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a Prefeitura vem fazendo isso, sempre fez, desde 2001. A cada quatro meses temos audiência pública, seja na Câmara, seja no Centro Cultural, seja em alguma escola, em algum bairro, e estamos sempre procurando fazer o cumprimento da lei como ela determina.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

O Secretário Yênes Magalhães falou também das parcerias, que, sem dúvida alguma, todos nós aqui sabemos que é difícil o setor público, Secretário, por si só resolver todos os problemas, seja de Cáceres, seja do Estado ou mesmo do Brasil. As parcerias público-privadas são assuntos sempre estampados nos principais jornais do País. Isso não é fato novo.

O fato novo é que a cada dia, Deputado João Malheiros, elas estão acontecendo de forma mais acentuada.

Aqui em Cáceres, na semana passada, felizmente, encontramos uma alternativa viável. Através da parceria do setor público com o setor privado, fazendo uma concessão de uso, conseguimos lançar uma obra que há mais de 20 anos a nossa gente esperava, a nova rodoviária pública de Cáceres. Uma obra de R\$920.000,00, que somente poderá ser efetivada por essas parcerias, especialmente essa parceria entre o setor público e o setor privado. E é por aí, setor público, setor privado, comunidade, todos unidos. Juntos nós vamos, seguramente, vencer muitos mais obstáculos do que deixando apenas para determinada pessoa física ou jurídica ultrapassar esses obstáculos.

Quero agora, para não me estender muito, dizer ao Secretário Yênes Magalhães, ao Deputado Carlão Nascimento, ao Deputado João Malheiros, à Deputada Verinha Araújo, ao Deputado Da Silva, ao nosso representante maior da Câmara dos Vereadores, o Vereador Manoel, que temos, sim, reivindicações importantes para Cáceres.

Nós sabemos que a nossa cidade vive um período, digamos assim, de dificuldades, e não é de hoje. Essas dificuldades vêm de um bom tempo para cá. Essas dificuldades vêm da época das emancipações dos municípios. Nós perdemos áreas produtivas e ficamos com o ônus de ter apenas o Pantanal, não que o Pantanal seja um ônus, o Pantanal é uma beleza, uma grandiosidade que temos, mas ficamos restritos com áreas menores como honorárias e com o Pantanal. Então, isso implica dizer que, com a perda de toda essa grande região que formava a Grande Cáceres, ficamos subtraídos no que diz respeito à receita.

Ora, eu pedi uma comparação à Secretaria de Planejamento, que foi assinada pelo Secretário Washington, que está aqui presente, assim como o Secretário de Saúde, Hamilton Lobo, um levantamento fazendo a comparação entre o orçamento das prefeituras, de dez prefeituras do Estado de Mato Grosso, com a Prefeitura de Cáceres, colocando orçamento, população de cada cidade e quanto a prefeitura poderia disponibilizar, a título de recurso, de aplicação para cada cidadão cacerense.

Pasmem, senhores, enquanto Itiquira, Deputados, Secretário, tem trezentos e quarenta e nove reais por ano para gastar por habitante, segundo dados da própria Secretaria de Planejamento, portanto, dados oficiais, o nosso Município de Cáceres, a Prefeitura, dispõe apenas de trinta e oito reais. Vocês sabem por que isso? Porque o orçamento de Itiquira, que é uma cidade pequena, de sete mil e poucos habitantes, é de trinta e quatro milhões de reais, aproximadamente por ano, enquanto Cáceres, trinta e quatro... Não, são mais, não são, Washington? Em torno disso. Aliás, três milhões e quatrocentos por mês - vamos falar por mês - três milhões e quatrocentos mil reais por mês. Cáceres, no entanto, tem menos três milhões duzentos e pouco. Ora! Cáceres, três milhões duzentos e pouco, e noventa mil habitantes; Itiquira, três milhões quatrocentos e pouco e sete mil e poucos habitantes.

Então, fica claro para todos os senhores e senhoras, aqui presentes, que devem estar surpresos com esses números.

A diferença que existe é fruto de emancipações apenas? Não. É fruto também do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

O Brasil todo, aliás, viveu o ciclo da soja, do café, do ouro, da cana-de-açúcar, entre outros - soja eu falei equivocadamente, e Mato Grosso, no entanto, já viveu o grande ciclo da pecuária. E a nossa região é eminentemente pecuária. A nossa região, aliás, é a nº 01 do Estado de Mato Grosso no que diz respeito a bovinos.

Ora, se Mato Grosso é o nº 01 do Brasil, por via de consequência Cáceres é o nº 01 do Brasil, já que dentro do Estado de Mato Grosso temos o maior rebanho bovino. Eu não estou falando apenas da cidade de Cáceres, mas da nossa região.

O fato é que alternativas estamos buscando, através de apicultura, através de outras questões. E tem muita gente também trabalhando, já começando a pensar em soja, a pensar... Eu acho que é importante tudo isso, mas acredito que a pecuária ainda vai continuar correspondendo como um dos principais pilares da nossa economia.

Além disso, e é do conhecimento de todos, temos ainda a questão da prestação de serviços com a UNEMAT e com o Hospital Regional Dr. Antonio Fontes; temos ainda a questão do turismo, que é essa grande indústria que cada vez melhora mais em nosso município; e ainda há muito que caminhar para melhorar mais e mais ainda.

Mas o fato é que esta Audiência Pública, Srs. Deputados - e aí eu falo como Prefeito e pedindo por toda população cacerense -, precisa, sim, muito do auxílio de Vossas Excelências.

Deputado Da Silva, temos em Cáceres uma carência de habitação muito grande, temos em Cáceres uma carência de habitação, já que a grande maioria da nossa população é uma população honesta, trabalhadora, porém, com pouco poder aquisitivo.

Na semana passada, lançamos, em parceria com o Estado de Mato Grosso, 25 casas populares. Mas eu pergunto aos senhores: o que são 25 casas populares para uma cidade que tem a quarta maior população do Estado de Mato Grosso? Então, nós precisamos, sim, de mais apoio nesse sentido, precisamos de mais apoio para construir mais e mais casas populares aqui no Município de Cáceres. E faço esse pedido porque ele é primordial para Cáceres - habitação.

E os nossos pecuaristas, falei da pecuária, e creio que é de forma até inconcebível, pela maneira como todos trabalham e pagam o FETHAB, que eu votei pela criação junto com os Senhores na Assembléia Legislativa, naquela oportunidade; pagam tanto FETHAB e não têm o retorno desse recurso na forma exata que Cáceres merece.

E não faço, de forma alguma, crítica ao Governo do Estado, pelo contrário, tenho certeza de que o Governador Blairo Maggi está procurando fazer o que ele julga mais importante para o Estado de Mato Grosso. Mas, sem dúvida alguma, falta a representação política na Assembléia Legislativa. Em que pese todos os nossos Deputados buscarem trabalhar de forma coerente, falta uma representação política local, porque já tivemos quatro Deputados Estaduais no passado, e hoje, lamentavelmente, temos apenas um Deputado, assim mesmo na condição de suplente. O fato é que isso acaba pesando. Todos os Srs. Deputados Estaduais titulares, obviamente, por mais que tentem ajudar Cáceres, eles têm compromissos com suas bases, e, no momento de dificuldade, é lógico, vão olhar primeiro para suas bases.

Mas, de qualquer forma, pela situação difícil da habitação no município, eu faço esse apelo, Deputado Carlão Nascimento, para que tenha uma acentuada melhora no que diz respeito à habitação popular, a casas populares para que a nossa população de baixa renda possa viver melhor e ter mais conforto com suas famílias.

Um outro ponto que eu gostaria de falar é no que diz respeito ao Programa Pantanal. Esse Programa tão decantado, tão falado e que vislumbrava um futuro muito promissor, sobretudo para o Município de Cáceres, lamentavelmente, ainda - por motivos que não convêm ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

não dariam tempo para enumerar, mesmo porque eu fiz parte, Deputado Carlão Nascimento, representando a AMM, representando todos os prefeitos do Estado de Mato Grosso no início desse programa - não deslanchou.

Mudou o Governo Federal - e o Deputado Carlão Nascimento estava me dizendo que este ponto acabou porque o novo Governo, obviamente, quer reanalisar tudo que está em andamento - e acabou fazendo, vamos dizer assim, com que o processo do Programa Pantanal fosse reanalisado, revisto. O fato é que, para esse programa, na hora em que for colocado em prática, vou pedir que seja analisado com muito carinho para o Município de Cáceres, porque nós somos, seguramente, o berço do Pantanal mato-grossense. É daqui que se juntam o Rio Paraguai com o rio Sepotuba, Cabaçal e o Jaúru, logo abaixo, formando o nosso Pantanal mato-grossense.

Pois muito bem. No que diz respeito ao meio ambiente, quero ainda dizer que a revitalização da Baía do Malheiros é um ponto imprescindível para todos nós: Meio ambiente, cuidados com o meio ambiente, futuro das nossas crianças, nosso futuro, nosso presente, enfim, é muito importante que tenhamos incluída a possibilidade na LDO, Deputado Carlão Nascimento, que preside esta audiência pública, gostaria de fazer este pleito também de revitalização da Baía do Malheiros.

Eu quero adiantar ...

O SR. JOÃO MALHEIROS - Não sabia que tinha baía aqui.

O SR. TÚLIO FONTES - Vossa Excelência não sabia que tinha baía aqui? Essa área toda, Deputado João Malheiros, vou explicar para Vossa Excelência, aqui na frente da nossa cidade, é uma baía; o rio Paraguai, propriamente, está passando um pouco do lado. Eu terei prazer até de fazer um *city tour* com Vossa Excelência para demonstrar-lhe.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDIVEL.)

O SR. TÚLIO FONTES - Eu vou colocar um pouquinho da emenda de cada um, de Vossa Excelência, do Deputado Da Silva, do Deputado Carlão Nascimento, do Deputado João Malheiros, e certamente nós chegaremos a esse denominador comum que tanto interessa a Cáceres, ainda mais quando se tem o seu nome, Deputado João Malheiros, tenho certeza de que Vossa Excelência vai se empenhar ao máximo nesse sentido.

Muito bem, no que diz respeito a meio ambiente ainda, nós tivemos a felicidade, há poucos dias, de fazer uma visita a uma obra que eu não sabia que já estava tão adiantada, está praticamente cem por cento pronta, que é o nosso aterro sanitário.

Nós vamos, Deputada Verinha Araújo, acabar definitivamente em Mato Grosso, melhor dizendo, aqui em Cáceres, com o lixão a céu aberto. Nos vamos acabar com o lixão a céu aberto. Isso vai ser muito bom, porque representa duas obras que dizem respeito a cuidados com o meio ambiente e também com a saúde pública.

Esse projeto da Baía do Malheiros, eu esqueci de mencionar aqui, Deputado João Malheiros, é um projeto que nós encaminhamos ao Governo Federal; está na mão da Senadora Serys Slhessarenko, que está buscando, de todas as formas, ver a viabilização desse projeto também.

Recuperação de estradas estaduais, asfalto, asfalto e asfalto... Nossa cidade precisa muito de asfalto. Nos precisamos porque na época das chuvas, é lama; e na época da seca, é poeira. A nossa população precisa realmente dos recursos necessários para que a prefeitura possa trabalhar essas questões.

Para não me alongar muito, eu passo para a educação. A educação, Deputado Carlão Nascimento, Vossa Excelência que já foi Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso e fez um trabalho elogiável, quero dizer que é muito importante um convênio entre a prefeitura e o Governo do Estado para que tenhamos um ensino médio melhor aqui em nosso município. Eu falo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

de um convênio para o transporte escolar, porque todos nós sabemos que o ensino fundamental é competência da prefeitura municipal de Cáceres, e vai bem, graças a Deus, mas precisamos do apoio imprescindível desses convênios para o transporte escolar em geral e mais convênios para o transporte escolar dos alunos do ensino médio.

Na agricultura, fechamos com o Banco do Brasil e lançamos o PRONAF, mas, se for possível, também gostaríamos de ver incluído esse programa.

A questão da saúde pública, para fechar a minha fala, nessa questão, eu tive uma audiência com o Senador Jonas Pinheiro, juntamente com o Governador Blairo Maggi e com alguns companheiros vereadores, uma audiência ainda este ano. Essa audiência já havia acontecido também, Secretário Yênes Magalhães, no ano passado, mas, talvez por excesso de compromissos, esse convênio não pôde ainda ser viabilizado. O fato é que precisamos muito do apoio do Governo do Estado para um convênio que melhore a saúde do município mais e mais.

Está aqui o nosso Secretário de Saúde. Nós temos aproximadamente duzentas pessoas de outros municípios que são tratadas com recursos da prefeitura de Cáceres na área de saúde.

Em nosso pronto-atendimento médico municipal - eu até brinquei na última audiência com o Governador Blairo Maggi, dizendo que já é pronto-atendimento internacional, porque nós atendemos até a Bolívia -, são atendidas aproximadamente duzentas pessoas, que acabam sendo atendidas com o pouco dinheiro que o município tem, que a prefeitura tem. Esse convênio pode nos ajudar muito, pode inclusive interferir na questão do consórcio intermunicipal de saúde para fazer com que possamos atender uma solicitação justa de outros prefeitos e, principalmente, do Sr. Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso.

Obviamente, eu tenho que defender os interesses do município, eu não poderia atender a um pleito do Secretário de Saúde, nosso amigo particular, sem ter uma contrapartida. O pleito seria no sentido de mandar um projeto de lei para a Câmara, para praticamente dobrar o valor do repasse da Prefeitura Municipal de Cáceres, Vereador Kishi, para aumentar o repasse da Prefeitura de Cáceres para o consórcio de saúde.

Ora, Cáceres já paga praticamente metade do consórcio intermunicipal de saúde. A metade do consórcio de toda região praticamente já é paga por Cáceres. Não podemos dobrar o valor que já repassamos sem ter uma contrapartida que nos auxilie, porque senão o dinheiro que vai para isso é o dinheiro que poderia, aqui no município, estar comprando remédio. O consórcio intermunicipal de saúde é importante, mas precisamos sim desse convênio.

Depois eu posso conversar, mas na essência era isso que eu gostaria de colocar aqui, não em meu nome, mas em nome de toda a população carcerense. Meu muito obrigado pela atenção dos Srs. Deputados e de toda a platéia (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradecemos a palavra do Prefeito Túlio Fontes.

Rapidamente, passamos a palavra ao Deputado Da Silva.

O SR. DA SILVA - Sr. Presidente, estamos aqui no uso da tribuna, até porque há alguns papéis para dar um pouco mais de espaço para a Deputada Verinha Araújo.

Inicialmente, eu quero cumprimentar a todos e agradecer-lhes a presença, agradecendo, primeiro, a Deus por esta oportunidade maravilhosa.

Sr. Presidente desta Comissão, Srs. Deputados, caro companheiro Deputado João Malheiros, Deputado Carlão Nascimento, presidente da Câmara Municipal Manoel Ferreira de Matos; Secretário Yênes; Deputada Verinha Araújo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Quero agradecer, aqui, a presença do Prefeito Túlio Fontes e também dos Secretários Washington Cançado e Alilton Lobo, da Saúde; líderes comunitários; lideranças sindicais; acadêmicos da UNEMAT, bem como professores e servidores; meu querido e particular amigo Coronel Sales; ex-colegas Vereadores, Valdeníra Dutra Ferreira, Filomena, José de Souza Brandão, Divino das tintas; Mário Masao Tanaka; meus correligionários do Partido Socialista Brasileiro, PSB; empresários que marcam presença neste evento.

Eu só vou falar um pouquinho mais em relação a alguns tópicos da fala do Prefeito. Mas antes, porém, gostaria de agradecer a presença dos professores e alunos da Escola estadual Ana Maria, marcando presença; companheiros também da imprensa.

O Prefeito colocou, ainda há pouco, de uma fala que tivemos via telefone. Eu sempre disse que o meu compromisso é com Deus, com minha família e com a sociedade cacerense, independente de quem seja o Prefeito. Hoje, eu sou Deputado; e lá na Assembléia Legislativa nós temos uma missão. Não estamos indo lá tão-somente para ser mais um. Nós temos uma missão junto ao Governo do Estado e Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que é buscar a fatia do bolo que Cáceres e região tem direito no orçamento do Estado.

E quando surgiu uma oportunidade, Sr. Prefeito, de termos uma piscina semi-olímpica, imediatamente, eu passei a mão ao telefone e procurei entrar em contato, porque com divergências ou sem divergências, o senhor é o nosso Prefeito e é com o senhor que tenho que tratar esses assuntos. Esse é o meu compromisso com a sociedade cacerense.

Quando o senhor falou também da nova rodoviária, eu fiquei muito feliz, porque foi uma emenda minha no PPA; e pedindo até, Prefeito, para que na antiga rodoviária seja construído, edificado um mercado municipal permanente. Oxalá que o senhor conclua nesse sentido, porque a cidade muito vai gostar.

Quero ainda dizer aos senhores que nós, nesse curto espaço que estamos na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, tivemos o privilégio de termos companheiros naquele Parlamento que têm nos auxiliado e muito, sem os quais, Deputado Carlão Nascimento, ficaria difícil. Eu tenho uma grande acolhida por todos os meus colegas Parlamentares e faz jus, neste momento, estar agradecendo ao companheiros João Malheiros, ao Deputado Carlão Nascimento, à Deputada Verinha Araújo, ao nosso Presidente, Deputado Riva, que têm nos auxiliado e muito, facilitando, assim, a nossa estada ali por um período muito curto, apenas de quatro meses, não mais do que isso.

Deputado Carlão Nascimento, eu recebi da prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste algumas reivindicações para serem inseridas tanto no PPA como também na LDO. Alguns pedidos como o do córrego do Escondidinho, do córrego Paiolzinho, do córrego Rancho Alegre e Caeté, precisam de alguns benefícios, como drenagens e pontes de concreto. Vossa Excelência conhece aquela região também.

Isso eu estarei passando daqui a pouco para Vossa Excelência os pedidos de Mirassol d'Oeste, através do Prefeito Lourival Carrasco.

Mas nesse curto espaço de tempo em que estamos na Assembléia Legislativa, isso é o que temos já apresentado como indicações no Parlamento (O ORADOR MOSTRA ALGUNS DOCUMENTOS).

O Sr. Prefeito colocou ainda há pouco uma série de necessidades, que estão todas, hoje, indicadas e aprovadas pelos meus colegas parlamentares na Assembléia Legislativa, dentre elas o asfalto da BR que liga Cáceres a Barra dos Bugres. Já saiu dinheiro até para o recapeamento, mas nunca teve um palmo de asfalto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Agora, por último, Deputado Carlão Nascimento, atearam fogo em uma ponte - isso anteontem, se não falha a memória. Estão intransitáveis, duas pontes. Estão o companheiro que mora ali na Vila Aparecida e a companheira Valdemíria. Precisamos em caráter de urgência urgentíssima resolver esse problema existente.

Como nós pedimos a ponte em caráter de urgência, pedimos também o asfaltamento que gostaríamos que tivesse inserido no programa, no PPA, bem como na LDO, para o ano que vem, a MT-343. Temos recebido ainda, melhor dizendo, mais indicações neste sentido, como por exemplo, o projeto de assentamento Getúlio Vargas e o posto policial, Coronel Sales. Precisamos edificar ali. Dado o volume de pessoas existentes, hoje, no assentamento, temos a necessidade de um posto policial. Muito me alegra a sua presença que na qual havíamos abordado esse aspecto.

A legalização fundiária dos núcleos habitacionais em Cáceres, como por exemplo, o Núcleo Habitacional Vitória Régia que até hoje o INTERMAT não deu a solução, algumas casas ainda existindo na Cohab Nova. Isso é preciso estar fazendo, como por exemplo, uma fábrica de doce que até, hoje, não funcionou por falta de um recurso na época de quarenta mil reais. Pasmem os senhores: quarenta mil reais! Está lá no Horizonte do Oeste uma fábrica de doces completinha. Não funcionou por falta desse pequeno orçamento.

Temos ainda a solicitação junto ao Governo do Estado, ainda para este ano, se for possível, uma indicação que fora aprovada por todos os meus colegas Deputados, de imediato, de cento e cinquenta toneladas de emulsão asfáltica, Sr. Presidente, para atendermos a demanda pelo menos naqueles pontos mais críticos da cidade. Porque é impossível observarmos o final da 06 de Outubro, um quarteirão com uns oitenta metros de asfalto, cem metros de asfalto e não ser possível fazer o nosso município; como a rua dos Diamantes, oitenta metros, cem metros, não consegue fechar uma ponta com a outra. Eu acredito que essa somatória de emulsão asfáltica poderá estar auxiliando o município em muito.

Para não alongar, Sr. Presidente, porque eu sei que tem outros companheiros que irão fazer uso da fala, não só Vereadores, mas também pessoas da nossa comunidade. Eu vou protocolar tudo isso junto a Vossa Excelência para que possa desta vez Cáceres ser lembrada no orçamento, para o ano que vem termos resultado.

Talvez, na minha passagem nesses quatro meses, eu não consiga trazer quase nada ou muito pouco, mas que fique lá nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado algo positivo para o ano que vem, principalmente quando sabemos que temos um Governador que trabalha o Estado de uma maneira diferenciada, dando resposta à sociedade do que é aplicado com o dinheiro público, do que é que se faz com o dinheiro público. A máquina está enxuta, pronta para trabalhar e acreditamos no Governo Blairo Maggi, como acreditamos em toda a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Deputado João Malheiros, Deputado Carlão Nascimento, Deputada Verinha Araújo, muito obrigado por Vossas Excelências terem acatado o nosso requerimento, a nossa indicação, quando Cáceres já estava à margem desta audiência pública da LDO e do PPA. Quando vi que o nosso município e a nossa região não iriam receber essa visita da Assembléia Legislativa, fiz um requerimento e Vossas Excelências atenderam o nosso pedido.

Muito obrigado, Deputado Carlão Nascimento. Em nome de todos os Srs. Deputados, eu agradeço também ao Deputado Riva.

Eu quero também agradecer a presença e cumprimentar todas as mulheres em nome da minha mulher Sabina Cardoso e em nome também da esposa do companheiro Deputado João Malheiros. Muito obrigado. Tenham todos uma boa-noite.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Queremos agradecer as palavras do Deputado Da Silva.

Deputado Da Silva, nós somos testemunhas do trabalho que Vossa Excelência tem feito nesse curto período que está na Assembléia Legislativa.

A partir de agora, vamos estabelecer o tempo para que todos tenham direito a fala. Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo, que dispõe de três minutos.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-noite, senhoras e senhores da nossa querida cidade de Cáceres.

Gostaria de cumprimentar todos e todas em nome do Prefeito Túlio Fontes. Cumprimento o Presidente da Câmara, Vereador Manoel; os Deputados João Malheiros, Da Silva, Carlão Nascimento; o Secretário Yênes; os Vereadores Zé Brandão, Kishi, Filomena, Leomar, Valdeníria, Divino, Tanaka e Gregório.

Também gostaria de cumprimentar carinhosamente a professora Ilma, que esteve há pouco conosco aqui, que é minha amiga há vinte anos; também o Professor Luiz, da UNEMAT; os cidadãos e cidadãs; os funcionários da Assembléia Legislativa, que nos acompanham, os funcionários da Câmara e a imprensa.

Rapidamente, até por conta do tempo, gostaria de dizer que com relação à LDO... Veja bem, nós estamos discutindo, neste momento, a LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todas as ações elencadas aqui, que são justíssimas, nós temos que discuti-las e vamos estar discutindo mais no Orçamento, na LOA, no segundo semestre. Então, é importante que nos detenhamos nas metas, porque, muitas vezes, as próprias diretrizes orçamentárias que aqui elencou o Secretário Yênes Magalhães, se não buscamos fazer com que elas sejam cumpridas no dia a dia... E tem uma série de itens na LDO que não está sendo cumprida pelo Governo do Estado, uma delas inclusive é a que trata da prestação de contas quadrimestral.

O Prefeito aqui disse que ele, de quatro em quatro meses, presta contas do que houve de receita, do que houve de despesa na Câmara ou onde seja. O Governo do Estado tem que fazer o mesmo. Isso não ocorreu até o momento. O Secretário Yênes Magalhães já reconheceu isso aqui.

Tivemos que protocolar no Ministério Público estadual na semana retrasada uma representação para cobrar a prestação de contas, porque como vamos planejar algo, se não temos o parâmetro do que foi arrecadado e do que foi gasto. Se não se sabe quanto foi arrecadado em 2003, como vai ser aplicado para 2004, qual é a projeção para 2005, tanto é que aqui é citado o art. 48 da LDO, que coloca que no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2005, no âmbito de cada Poder, do Ministério Público, fica autorizada a revisão do vencimento dos servidores públicos estaduais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida. Isso já contém na LDO de 2003/2004, que está em curso e não houve a recomposição aos servidores públicos de acordo com o excesso de receita.

O próprio caderno que recebemos do Governo do Estado admite aqui que a receita ultrapassou 16% daquilo que foi previsto e as despesas em 12%, portanto houve excesso de arrecadação, houve inclusive mais arrecadação do que despesa e os servidores públicos, na sua totalidade, não obtiveram nem os 16% de recomposição nos seus salários.

Nós acompanhamos várias movimentações no ano passado, neste ano, da educação, da saúde, dos policiais militares aguardando seu estatuto para ser votado na Assembléia Legislativa, os papiloscopistas, os peritos e agora estamos com a UNEMAT lá, que chegou a mensagem repondo 7,67% e a própria direção da UNEMAT admite que pode chegar a 12%.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Eu gostaria de dizer aqui aos servidores e professores da UNEMAT que hoje pela manhã o Governador disse ao Deputado Renê Barbour que não aceita os 12%, que não vai mandar a mensagem dos 12%, que vai manter a mensagem de 7,67%, e tem dinheiro para isso. E são questões que precisamos estar discutindo aqui, porque a UNEMAT tem que continuar existindo com qualidade. Ela é uma busca no Estado todo.

Eu gostaria inclusive de dizer a todos que estão aqui nesta audiência pública que há uma vontade do Secretário de Fazenda de reduzir o orçamento da UNEMAT de 54 milhões para 40 milhões. Isso vai cair a qualidade. Vamos ter perda de profissionais. Não vamos ter a UNEMAT expandida, que não é nossa vontade, nosso desejo para todo Estado de Mato Grosso.

Gostaria também de dizer aqui com relação ao compromisso que o Secretário colocou aqui de que nós, Deputados, vamos poder indicar um milhão e meio através de emendas ao orçamento, eu acho ótimo. Está sendo gravado. Eu vou apresentar as minhas. Inclusive, quero me comprometer aqui, Prefeito, que vou alocar algumas emendas aqui para Cáceres. Eu tive duzentos votos aqui em Cáceres. Eu, hoje, sou uma Deputada do Estado de Mato Grosso. Onde eu tive voto não importa, temos que ir e temos que trabalhar para atender a população. Se fôssemos nessa idéia de eleger um Deputado por cidade, íamos ter cento e trinta e nove Deputados na Assembléia Legislativa, mas só temos vinte e quatro Deputados.

Então, temos que eleger Deputado para votar pelo Mato Grosso, pelo povo, inclusive ter posição dentro da Assembléia Legislativa. E aí a população decide na hora quem é melhor ou não, qual é o da sua preferência.

Uma outra questão que eu quero dizer aqui é que recebi na semana passada um documento da Caixa Econômica Federal, dizendo que foram disponibilizados um milhão para a UNEMAT para construir centro de lazer. Já foi inclusive assinado convênio agora na semana passada.

Além disso, no Vitória Régia, onde estive fazendo reunião, o Carlos está aqui, o INTERMAT recebeu do Governo Federal quase trezentos mil reais para fazer a regularização fundiária dessas COHABs que hoje estão com problema. Inclusive, hoje, de manhã, estive na Caixa Econômica Federal. E estamos indo a Brasília para articular essa questão da quitação desses núcleos habitacionais que passam por prestações e etc. Está mantido o meu compromisso, inclusive com o Vitória Régia, que é um bairro. Não é só o Vitória Régia que precisa resolver o problema de regularização fundiária.

Por último, sobre transporte escolar. O Prefeito colocou aqui a questão do convênio. Não, Prefeito, se Vossa Excelência assinou convênio com o Governo do Estado para este ano para o transporte escolar.

Mas além do convênio que Vossa Excelência poderia ter assinado com a Secretaria Estadual de Educação, também o Governo Federal este ano passou aos cofres da Prefeitura o repasse de acordo com o aluno que o senhor transportou no ano passado; cada aluno desse tem um custo, e o senhor recebeu, diretamente na conta, esse recurso do transporte escolar que não tinha no ano passado. Eu não tenho os valores, mas o senhor, com certeza, deve ter conhecimento, deve saber e está recebendo.

Então, eu gostaria de dizer que tenho algumas emendas que foram acatadas.

Eu, no ano passado, apresentei ao PPA sessenta e quatro emendas, e trinta e sete foram contempladas, inclusive emendas que contemplam o caso de Cáceres. Por exemplo, nós tivemos aprovado o Banco de Imagem do Estado de Mato Grosso, que hoje não temos, e que é importante para a região; assim como também o plano estratégico para o turismo de Mato Grosso, que atenderia Cáceres; e outras emendas, que não vou me alongar porque gostaria, inclusive, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

ouvir a comunidade. Muito obrigada. Um abraço. O meu mandato está à disposição de Cáceres e de toda região (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Agradecemos a Deputada Verinha Araújo e passamos a palavra ao Deputado João Malheiros.

O Deputado João Malheiros é o 3º Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, é vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e é o Relator da LDO

O SR. JOÃO MALHEIROS - Companheiro Carlão Nascimento; Deputado Da Silva; Prefeito Túlio Fontes; nobre Deputada Verinha Araújo; Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Vereador Manoel, em cujo nome cumprimento a todos os companheiros vereadores.

Eu quero dizer que me sinto muito à vontade quando venho a uma Câmara, porque fui Vereador por Cuiabá - até esqueci por quanto tempo - e somente agora sou Deputado Estadual, há um ano e quatro meses.

Portanto, a afinidade que tenho, Coronel. Sales, Adilson Reis, com os Vereadores é porque iniciei a minha vida pública como Vereador, em 1988. E, de lá para cá, nunca perdi uma eleição. Criei um afeto muito grande porque entendo o papel do Vereador. E quero dizer o quão importante é para uma cidade a atuação Parlamentar daquele que é a base da pirâmide, que está em contato permanente com todo povo da sua comunidade.

Já muito bem explanou o Secretário Yênes Magalhães sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, que faz a integração da LDO-Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e do Orçamento.

Nós vamos discorrer muito pouco sobre isso, quase nada, porque somos os relatores dessa matéria e hoje estivemos, toda manhã, reunidos com os nossos assessores, com os assessores do Deputado Carlão Nascimento, com os membros da Secretaria de Planejamento, inclusive com o Secretário, e já vislumbramos a possibilidade de acatar inúmeras emendas que irão nortear as metas para que possamos, lá na frente, fazer o orçamento que vem contemplar todo o Estado de Mato Grosso.

Não vou deixar jamais de atender a região de Cáceres, principalmente esta cidade. Alguma parte do que a mim for destinado, também será para Cáceres, porque aqui obtive votos - 222 votos, se não me engano, ganhei um pouquinho da Deputada Verinha Araújo. Então, vou dar um pouquinho mais do que ela, com certeza. Eu tenho até baía aqui, a Baía do Malheiros, portanto, também vou colocar uma emenda, onde não vamos destinar recursos, porque eu vi ali, colando do prefeito, que são três milhões e meio, mais ou menos, o que é necessário para que possamos fazer a revitalização dessa baía, mas como a baía é nossa, vou deixar consignada, aproveitando a oportunidade de ser o relator, uma emenda que contemplará, no orçamento futuro, possibilidades de executarmos essa obra. Podem contar comigo nessa obra.

Quero dizer a nobre vereadora... Eu, quando falo nobre vereadora, é porque... Como membro da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, muitas vezes encerro as Sessões dizendo assim: "Senhores Vereadores, está encerrada a Sessão, convocando a próxima Sessão para o horário regimental". Esqueço que é Srs. Deputados, tenho que voltar atrás e dizer Srs. Deputados. Portanto, já quase cometo essa gafe ao chamar a Deputada Verinha Araújo de Vereadora. Minha nobre e querida Deputada, onde fomos juntos vereadores por dois mandatos e com a qual tenho um entendimento, um relacionamento perfeito.

Quero dizer do Deputado Da Silva, que tem sido um companheiro extraordinário na Assembléia Legislativa, com quem tenho tido muito entendimento, com quem temos dialogado muito. E entendemos que o nosso papel é esse, como está escrito na faixa, de acolhermos bem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

aqueles que para lá vão. E nós acolhemos muito bem o Deputado Da Silva. E Cáceres está, podem acreditar os senhores, muito bem representado com esse ilustre Parlamentar. Assim como fomos muito bem recebidos aqui. Na faixa está escrito, eu li, saudando todos nós.

Nós fomos muito bem representados, porque este é um povo que eu gostei desde a primeira vez que aqui vim. Tanto gostei e tanto gosto de Cáceres que, quando falei que vinha para cá, a minha mulher falou: “Também vou”. E a Carola, a minha neta, disse: “Também vou”. Portanto, eu estou acompanhado delas, porque gostamos e trabalhamos com prazer. E estamos aqui justamente para colher os anseios de toda coletividade, através dos seus representantes.

E quero dizer que muitas vezes querer não é poder. E temos absoluta certeza de que a luta que foi travada pelo PT - saindo um pouquinho aqui, nobre Deputada, da LDO, um segundo - foi no sentido de transformar a sociedade, e espero que isso o faça, mas foi de aprovar um salário mínimo extraordinário para o povo, quando aprovou um salário mínimo de R\$ 260,00, aumentando vinte reais a mais.

E tenho certeza de que o Presidente Lula gostaria de dar muito mais, e certamente não o fez porque não pôde. Só posso acreditar que tenha sido isso. Caso contrário, ele vai jogar por lama toda a sua história de vida pública, política e de homem que veio sofrido do deserto, do sertão nordestino, região semi-árida do Brasil, e conseguiu chegar na posição que chegou.

Portanto, R\$ 260,00 foi o que os nossos trabalhadores ganharam como salário mínimo. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Convido para fazer uso da palavra, por três minutos, o Vereador Wilson Kishi.

O SR. WILSON KISHI - Sr. Presidente, Deputado Carlão Nascimento, que ora preside esta Audiência Pública, um grande batalhador, onde deixou seu nome na Educação do Estado de Mato Grosso, quando foi Secretário; nosso presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Vereador Manezinho, em nome de quem cumprimento os demais vereadores presentes; Prefeito Túlio Fontes; Deputada Estadual Verinha Araújo, que, pelas suas palavras, demonstrou um grande conhecimento sobre a peça orçamentária do Estado de Mato Grosso e, principalmente, sobre a nossa querida UNEMAT - tenho certeza de que a Assembléia Legislativa será a grande defensora da nossa universidade -; Deputado Estadual João Malheiros, Relator da LDO, tenho certeza absoluta, pelas suas palavras, de que Vossa Excelência vai contemplar o Município de Cáceres; Coronel Salles; Secretários Municipais Washington Cançado, Amilton Lobo, Adilson Reis; Sr. Presidente da CEPROMAT do Estado de Mato Grosso; demais colegas; senhoras e senhores presentes.

Secretário Yênes, que se faz presente agora, com quem eu tive a oportunidade de conviver dentro do *staff* do Governo do Estado de Mato Grosso como Secretário Adjunto de Esporte e Lazer, Vossa Excelência tem demonstrado um grande conhecimento, apesar de ter vindo da Câmara Municipal de Cuiabá, e tem mostrado toda sua capacidade para ajudar na formulação de uma proposta de administração nova para o Governo do Estado de Mato Grosso, conhecimento demonstrado através da explanação que Vossa Excelência fez no início desta audiência pública.

Eu quero iniciar, até aproveite a presença do Secretário Yênes para comentar em relação ao fomento, que foi citado aqui. É importantíssima, realmente, a participação do Estado na formulação de incentivos que possam implementar mais a arrecadação do nosso Estado, através do ICMS.

Nós poderíamos muito bem, Secretário Yênes, tentar diminuir um pouco a burocracia, principalmente nas documentações. Aqui em Cáceres, nós temos o exemplo de um amigo nosso, o Erilson, que, há seis meses aproximadamente, deu entrada no seu processo para receber um recurso do Estado, através do FUNDEIC, mas que até hoje ainda não saiu. Se saiu, foi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

esta semana. Há quinze dias, eu conversei com ele e não tinha ainda saído, ele já estava até desistindo, pela morosidade e pelos entraves burocráticos

Eu gostaria que fosse feita essa observação e tentassem diminuir um pouco essas pedras do caminho, até chegar ao objetivo a que se propôs, porque o próprio Governo ajudou também a incentivar os industriários e comerciantes de Mato Grosso.

A questão dos precatórios, eu estava olhando aqui no projeto em tramitação, até tirei pela *Internet*, porque eu não tinha conhecimento, Deputados Carlão Nascimento e João Malheiros - hoje, ao meio-dia, eu consegui uma cópia pela *Internet*, no *site* da Assembléia Legislativa -, e tenho um questionamento com relação ao art. 12, Secretário Yênes Magalhães, que diz que a Lei Orçamentária destinará dotação orçamentária ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor.

Então, no meu entender, aqueles pequenos valores transitados em julgado estariam garantidos na LDO e, posteriormente, no Orçamento. E aquelas pessoas que têm um valor um pouco acima, vão perder a esperança de receber? Como é que vai ficar isso? Fica esse questionamento só para tentar, quem sabe, talvez, inserir alguma coisa para garantir o pagamento também a essas outras pessoas.

Quero dizer também, em cima da explanação do Secretário Yênes Magalhães, que disse que estamos aqui discutindo um dos três instrumentos legais que regem uma administração pública, o segundo é o PPA e o terceiro o Orçamento, a LOA, e tem que ser cumprido tudo o que está inserido, que nós apresentamos uma emenda, aprovada na Sessão Ordinária desta tarde...

O Deputado está informando que trezentos milhões de reais já foram pagos de precatórios.

Nós procuramos fazer uma emenda, Secretário Yênes Magalhães, até pela manifestação do próprio Prefeito Túlio Fontes, porque a região da Grande Cáceres realmente ficou esquecida, há uma diferença muito grande da fatia do bolo do ICMS, tomando o exemplo do Município de Itiquira, que recebe praticamente dez vezes o valor de Cáceres, Deputado Carlão Nascimento.

É preciso, sim, que os nossos representantes na Assembléia Legislativa tentem modificar um pouco, porque há algumas décadas - se eu estiver errado aqui, podem me corrigir -, pelo que temos conhecimento, quando a pecuária estava no auge, houve por parte dos Deputados e do Governo do Estado um incentivo à agricultura, e o valor agregado, uma questão de valor agregado e tal, que tem uma diferenciação na questão da fatia de distribuição, naquela fórmula, isso realmente prejudicou muito as regiões voltadas à pecuária. Por quê? Para dar um incentivo maior à agricultura no Estado de Mato Grosso. Com isso, foram favorecidos aqueles municípios que tiveram a sorte de ter empresários interessados em investir na área de agricultura, algodão, soja - principalmente na soja, que está aí hoje praticamente monopolizando a agricultura no Estado de Mato Grosso, com o atravessamento da soja.

Mas é preciso haver um balanceamento hoje do que vemos pelo noticiário, Deputado Carlão Nascimento, da própria Associação Mato-grossense dos Municípios, já preocupada nesse sentido. Por que tanta diferenciação? Por que municípios menores, com população menor, recebem um valor dez vezes maior que um município como Cáceres, por exemplo? Se não me engano, a fatia do ICMS de Cáceres é a vigésima do Estado. Há dois anos, era a décima nona, e olhe lá, se não estiver pior que isso.

Então, buscando esse entendimento, eu acho que o ponto principal é descobrir uma maneira de beneficiar essa fatia de distribuição de ICMS. Esse sim poderá dar um salto muito grande para o desenvolvimento do Município de Cáceres.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Falando das emendas agora, na tentativa de dar um endereçamento certo, Secretário Yenês Magalhães, Deputado Carlão Nascimento, eu gostaria que o Deputado João Malheiros, como Relator, estivesse aqui presente, mas nas emendas, se for possível dar um destinatário certo na aplicação do recurso, seria bem melhor. De nada adiantaria termos aqui generalizado: o Estado de Mato Grosso vai construir cem quadras poliesportivas no Estado de Mato Grosso, mas não diz onde, não amarra onde. Então, buscando esse entendimento, até para compensar a diferença que temos de representação na Assembléia Legislativa, poderíamos muito bem amarrar com endereçamento certo, endereçado a Cáceres, determinados recursos.

E desta forma, aqui, gostaria que fossem inseridas as emendas que apresentamos, assinadas por todos os Vereadores desta Casa, onde fala dentro do Programa Cidadania para Todos - isso busquei dentro do anexo das metas e prioridades e busquei pela internet também -, onde tem a implantação de telecentros de inclusão digital. Poderia, das doze que estão previstas para o ano que vem, uma ficar em Cáceres.

A implantação de unidade de atendimento integrada ao cidadão, o Ganha Tempo. Se, aqui em Cáceres, uma das seis previstas para 2005, uma sugestão até aqui...A antiga Câmara Municipal, um prédio tombado, um prédio histórico que poderia ser muito bem centralizado, onde ali seria o ideal para colocar esse ganha tempo, onde atenderá diversos órgãos num local só.

Programa de desenvolvimento da agricultura. Tem a implantação do sistema de irrigação, poderia, também, das doze, garantir uma em Cáceres.

Programa de desenvolvimento de desporto. Iluminação dos mini-estádios; construção de pista de atletismo; construção da pista de *skate* da Vereadora Valdenéria que, infelizmente, houve alguns entraves, não ocorreu no ano passado; construção de um mini-estádio.

Programa de desenvolvimento e lazer. Construção de centro de desenvolvimento da terceira idade, uma coisa tão bonita... Quem conhece o de Cuiabá, vai saber que, realmente, se tivesse um, aqui em Cáceres - a faixa de idade de pessoas idosas aqui, Deputada Verinha Araújo, é muito grande; é um número de população muito grande aqui; é um número de população muito alta da terceira idade aqui... Então, seria ideal que construíssemos uma das duas previstas no ano que vem...

O SR. PRESIDENTE (CARLÃO NASCIMENTO) - Solicito a Deputada Verinha Araújo que assuma a Presidência.

(A SR^a VERINHA ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 21:45 HORAS.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Continua com a palavra, o Sr. Wilson Kishi.

O SR. WILSON KISHI - O Programa de Apoio Municipal, Apoio Técnico Financeiro de Gestão Municipal, Apoio Técnico de elaboração de Projetos, Apoio de Formulação de Políticas Públicas e Municipais, são três programas que estão inseridos; e, nesses aí, estão previstos um apoio em dez municípios, cada uma delas em cada município. Dessas dez, poderia ser uma em Cáceres, que é uma das cidades pólos do Estado de Mato Grosso.

Programa de Desenvolvimento da Política de Investimento em Saúde. Implantação de farmácia de manipulação. Está previsto quatro para o ano que vem no Estado inteiro e para Cáceres também, por ser uma região do Estado de Mato Grosso que está inserida com essa farmácia de manipulação.

Programa Estradeiro. Aquisição de equipamentos rodoviários. Das 25 patrulhas mecanizadas destinar uma a Cáceres. Também a rodovia MT-343, que liga Cáceres a Barra do Bugres, que é uma reivindicação antiga deste Vereador que também ouvimos, Secretário Yênes Magalhães. No ano de 2000, pelas palavras do ex-Governador Dante de Oliveira, em 2001 ele iria

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

dar início a essa pavimentação. No ano passado percebemos no mapa do Brasil essa rodovia como pavimentada há dez anos. Como bem foi dito, aqui, fatia grande do FETHAB vem da pecuária; e Cáceres, por ser a maior região produtora de bovinos, com certeza também dá uma grande contribuição à arrecadação do FETHAB. Então, por que não garantir a pavimentação de determinadas rodovias?

Aqui aproveitando, além da MT-343, inserir, Deputada Verinha Araújo, São José dos Quatro Marcos, Glória d'Oeste, Jauru e Pontes e Lacerda, trechos pequenos, de 30 quilômetros, que poderiam muito bem ser contemplados.

Finalizando, a questão também, das casas populares, do Programa Meu Lar. Construção de habitações urbanas e infra-estrutura; a garantia aqui de pelo menos 500 casas populares. Poderiam ser feitas 250 neste ano e 250 no ano que vem. Estou colocando aqui as 500 para 2005, compensando essas 250 que não foram feitas no ano de 2004.

Então, desta forma, passo para o relator, Deputado João Malheiros, para que ele dê até o recebimento dessas reivindicações dos Vereadores de Cáceres, para serem inseridas, Deputada Verinha Araújo, com endereçamento certo, se for possível isso, até para amarrar e compensar tanta perda que Cáceres tem no Estado de Mato Grosso com falta de representação na Assembléia Legislativa. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Vereadora Filomena está presente?

Com a palavra o Sr. Carlos Roberto Santos, do movimento comunitário.

Depois fará uso da palavra o Sr. José de Souza Brandão, que é vereador.

Pedimos rigor no tempo, até para que os outros três inscritos possam falar.

O SR. CARLOS ROBERTO SANTOS - Agradeço mais esta oportunidade que a Assembléia Legislativa nos está dando. Eu participei da primeira audiência pública aqui em Cáceres, promovida pela Assembléia Legislativa, e isso teve um fruto, porque hoje eu estava pedindo a palavra justamente para questionar algumas coisas que foram ditas na minha fala na vez passada, mas a Deputada Verinha Araújo, hoje, nos trouxe uma boa notícia de que está dependendo muito do Governo do Estado.

Então, pedimos para o Secretário Yênes Magalhães, que acione o INTERMAT, para que nós moradores do bairro Vitória Régia possamos estar recebendo os títulos das nossas casas, porque já quitamos, já pagamos essas casas e não temos os títulos das casas. Isso aí causa muito transtorno para nós, porque o Governo federal, hoje, tem uns financiamentos bastante acessíveis, para que possamos estar melhorando a nossa moradia, que foi feita deficitariamente. Para quem não conhece o Pombal, que era mais conhecido como Pé de Fora, Vitória Régia, que era Pé de Fora, Carrapatinho, o tamanho que eram as casas que mais parecia...

Então, pedimos também aos Deputados que priorizem a questão do orçamento para as obras mantidas pelo Governo do Estado. Sabemos que têm duas COHABs no Estado de Mato Grosso. COHABs estaduais que são bastante deficitárias na infra-estrutura, que é essa daqui de Cáceres, com quatrocentos e noventa casas, um bairro superpopuloso, onde não temos rede de esgoto, asfalto.

Nós estamos, Prefeito, há quinze dias sem água. Minha casa está parecendo o banheiro de rodoviária, porque o vizinho está indo tomar banho, todos, em casa, porque lá em casa tem um poço. E o Bairro Vitória Régia não tem água para tomar banho, para beber. Então, estamos aproveitando e cobrando vocês aqui que tomem essa providência. Já tentamos várias vezes solucionar esse problema e não conseguimos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Então, pedimos que o Governo do Estado tente sanar essa dívida, quanto ao Vitória Régia e essa outra COHAB, que tem lá em Barra do Garças - se eu não me engano, o Vitória Régia já tem quatorze anos. O Governo deve essa infra-estrutura para nós que até hoje não deu. E precisamos urgentemente desses títulos dessas casas para que possamos aproveitar esse financiamento que o Governo Federal tem priorizado às pessoas de baixa renda igual o nosso Bairro Vitória Régia. E também, como sugestão, que essas duzentas casas que estão vindo para cá para sejam construídas não como foi feito no bairro Vitória Régia, sendo jogadas lá na zona rural, onde fica difícil para a prefeitura levar infra-estrutura, onde fica difícil nos locomovermos. Então, que o Governo do Estado ajude essa classe menos favorecida, que precisa ser assentada mais próxima possível da cidade.

Outra fala, que o Vereador Kishi defendeu muito bem e que o município de Cáceres por se tratar de um município agropecuário, mais pecuário que agrícola, é bastante penalizado na questão do ICMS, porque num município onde se planta, que tem agricultura, o cara compra um trator e é computado como gasto para ele. Aqui se nós compramos um trator para cuidar da nossa pecuária, não é computado como gasto.

Na agricultura, quase todo valor que é exportado precisa de um valor líquido e não se tem esse valor. Aí está a grande diferenciação do ICMS. E a Assembléia Legislativa tem que estar revendo urgente, porque o nosso município não pode ser tão penalizado.

Infelizmente, o Deputado João Malheiros não está aqui, mas eu gostaria de comentar que esta audiência é para discutir a LDO estadual. Nós não tivemos audiência para discutir salário mínimo. E se nós formos ver o aumento do salário mínimo, percentualmente, ele é bem maior do que o reajuste que o Governo do Estado prometeu e que se propôs a dar para os funcionários públicos estaduais.

Então, era isso que eu gostaria de estar falando.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Sr. José de Souza Brandão, Vereador de Cáceres; em seguida, o Coronel Leovaldo Sales, Coordenador do GEFRON; e, por último, o Sr. Luiz Jorge.

O SR. JOSÉ DE SOUZA BRANDÃO - Exm^a Deputada Verinha Araújo, Deputado Estadual Da Silva, Deputado João Malheiros, Secretário Yênes Magalhães, só vou falar dois minutos com relação à fala do Vereador Kishi.

Eu quero saudar todos os companheiros aqui presentes, os nossos colegas Vereadores, o Coronel Leovaldo Sales.

Gostaria de dizer que fui Presidente desta Casa por dois mandatos, Vereador por quatro mandatos e estou, hoje, na missão de Vereador. Nós fizemos algumas sugestões. Essas sugestões, iremos encaminhá-las, oficialmente, ao Deputado Estadual Da Silva, que é o nosso representante aqui da região, o qual se encarregará de lutar pelas emendas por nós propostas.

Nós especificamos aqui bairros, ruas, mas cabe a ele lá fazer genericamente a distribuição, os asfaltos que nós pedimos, que ele coloque em quilometragem, os terminais para a cidade de Cáceres, como disse aqui o companheiro Kishi, enfim, queremos uma discriminação para a cidade para que haja as ações políticas e para que o município seja beneficiado.

Eu quero aqui ler, para que fique registrado que o PSB de Cáceres, através do Vereador Brandão, está encaminhando essas propostas ao Deputado Estadual Da Silva, para inclusão na LDO de 2005 e no PPA 2004-2007 do Estado de Mato Grosso.

1 - asfaltamento, com toda infra-estrutura básica, rede de esgoto, galerias de águas pluviais, calçadas e meio-fio do Bairro Jardim Paraíso, Cáceres-MT, com aproximadamente 4.500m de extensão;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

2 - asfaltamento, com toda infra-estrutura básica, rede de esgoto, galerias de águas pluviais, calçadas e meio-fio do Bairro Santa Cruz, Cáceres-MT, com aproximadamente 7 quilômetros de extensão;

3 - construção de uma quadra poliesportiva coberta e com iluminação no Bairro Jardim Paraíso, Cáceres-MT - área já existente;

4 - iluminação do Miniestádio Cláudio Souza Brandão, no Bairro Jardim Paraíso, Cáceres-MT;

5 - asfaltamento, com toda infra-estrutura básica, rede de esgoto, galerias de águas pluviais, calçadas e meio-fio do Bairro São Luiz, Cáceres-MT, com aproximadamente 2.500m de extensão - conclusão, pois 70% do bairro é asfaltado;

6 - construção de moderno Centro Comunitário no Bairro Empa, na cidade de Cáceres/MT - eu digo Cáceres/MT porque a emenda teria que ser especificada para o município em tela;

7 - asfaltamento planejado do Bairro Empa, já regularizado em termos fundiários pelo Governo do Estado nesta cidade, em Cáceres;

8 - asfaltamento planejado do Bairro Jardim Marajoara, Cáceres/MT, com toda infra-estrutura básica, de aproximadamente 6 quilômetros de extensão - vou tomar todo o um milhão e meio do Deputado Da Silva;

9 - asfaltamento planejado do Bairro Maracanãzinho, Cáceres/MT, aproximadamente 6 quilômetros de extensão, dotado de infra-estrutura;

10 - construção de um miniestádio no Bairro Marajoara, Cáceres/MT;

11 - construção de um miniestádio no Bairro Cavahada, Cáceres/MT, próximo ao Joaquim Murtinho;

12 - construção de 50 casas populares no Bairro Santo Antônio, Cáceres/MT;

13 - construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Santo Antônio, Cáceres-MT;

14 - construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Empa, Cáceres-MT;

15 - destinação de dois gabinetes odontológicos móveis para Cáceres, sendo um para a zona urbana e um para a zona rural.

16 - inclusão, dotação orçamentária para estruturação da FEMA do Estado, mais especificamente na região de Cáceres onde a FEMA é desestruturada;

17 - construção de um miniestádio no Bairro Vila Mariana;

18 - dotação para regularização fundiária aqui já citada, dos seguintes bairros: Jardim Imperial, Santos Dumont, Santo Antônio e Vitória Régia, em Cáceres/MT;

19 - dotação para doação de uma fábrica de doces de Horizonte d'Oeste, valor aproximado de 65 mil reais;

20 - dotação para doação de dois caminhões pipas para a prefeitura;

21 - dotação para doação ao município de uma patrulha mecânica;

22 - construção de um albergue para Cáceres;

23 - conclusão do ginásio de esporte da Escola Senador Mário Mota, Cáceres-MT.

Quero aqui, neste momento, neste ato, fazer um pedido à Assembléia Legislativa, a esta Comissão, Deputada, que ora preside, que realmente levemos a sério essas audiências públicas. Houve uma renovação parcial na Assembléia Legislativa e esperamos que nos prestigiem efetivamente, porque o que vimos no passado foi um menosprezo com a nossa cidade, talvez por falta de um representante, de um Deputado, o que agora não acontece.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Queremos, em nome dessa população que saiu das suas casas, cobrar, sim, seriedade, transparência e compromisso, principalmente com a nossa região, igual ao que a Deputada fez há poucos instantes, doando uma parte das suas emendas para o Município de Cáceres. Oxalá que a maioria dos Deputados que aqui beliscou votos também faça igual à Deputada e ao Deputado João Malheiros fizeram. E esperamos, Deputado Da Silva, que Vossa Excelência lute para, pelo menos, vinte por cento do que aqui está, liberar em dotação, do um milhão e meio que Vossa Excelência vai ter na Assembléia Legislativa, para a sua querida cidade de Cáceres. Muito obrigado. Um bom trabalho a todos. (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Coronel PM Leovaldo Emanuel Sales, Coordenador do GEFRON.

O SR. LEOVALDO EMANUEL SALES - Boa-noite a todos.

Sr^a Presidente da Mesa, Deputada Verinha Araújo, nossa amiga, Deputado Da Silva, Sr. Prefeito de Cáceres, nosso amigo, deixa-nos muito felizes saber da ginástica que faz com o orçamento apertado que tem o município de quase cem mil habitantes - um orçamento menor que quarenta milhões para administrar durante o ano.

Sr. Secretário de Estado, Yênes Magalhães, nosso amigo também e a quem vou me dirigir com mais intensidade no sentido de buscar essa parceria, no sentido de convencê-lo a entender - e agora eu falo sem nenhuma modéstia - sobre o projeto do GEFRON, que, nesses últimos cinco anos, é e tem sido a coisa mais interessante que aconteceu na área de segurança pública. Porquanto, consegue transformar toda uma região em ambiente mais seguro, tirando, assim, o estigma histórico de toda essa região fronteira que era tida como terra sem lei, terra de ninguém, e hoje apresenta o maior redutor de criminalidade de todo Estado de Mato Grosso. Se formos comparar e ter como referência o número de homicídios, Cáceres, nesses seis meses, produziu menos que Diamantino, que tem um terço da população cacerense.

De forma que aqui se faz, Sr. Secretário, uma polícia que busca ter a coragem de integrar uma com a outra, tanto a Civil como a Militar, uma polícia que tem a coragem de combater o erro que está dentro dela e mostrar para a sociedade que está fazendo esse combate, punir e tirar do nosso meio os policiais faltosos, porque não merecem estar aqui nessa região; e instalar nessa fronteira, em ambiente absolutamente inóspito e com extrema dificuldade, um grupo especial que protege, aqueles que querem produzir nessa região.

Existe aqui nesta região, Sr. Secretário, Sr^a Deputada, quase duzentos mil brasileiros; e desses trezentos mil, 61% estão na faixa etária de doze a dezenove anos; essas pessoas não podem crescer sem esperança.

Houve um tempo em que o medo transformou essa região em deserto; houve um tempo em que o medo tirou todos aqueles que poderiam estar aqui produzindo, porquanto não podia se comprar nenhum bem, não podia se comprar nenhum trator, nenhuma caminhonete e nenhuma motocicleta.

Hoje, a segurança que se pratica nessa região tem trazido dificuldade, inclusive, para os apresentadores de televisão que fazem programas policiais, não existem mais as ocorrências que costumeiramente aconteciam. Eu assisti ao programa de hoje, e apenas duas ocorrências foram noticiadas, todas elas fora do controle da polícia.

É por isso, Sr. Secretário, que eu venho a esta tribuna dizer que esse projeto GEFRON precisa crescer, precisa subexistir, precisa se ampliar, como forma de trazer esperança a toda uma região.

E é dessa forma que nós queremos quebrar a fronteira do nosso orçamento, que hoje é de subexistência, apenas de sobrevivência, e ter a pretensão do crescimento, buscar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

investimentos para que aquilo que foi iniciado não sofra redução, não sofra solução de continuidade e não pare pelo caminho. E é dessa forma que vamos apresentar alguns projetos na área da segurança pública. E a nossa esperança, Sr. Secretário, é que todos eles, referentes à região de fronteira, sejam integralmente aceitos, porque aqui nasce uma polícia que Mato Grosso ainda vai buscar referência nela, uma polícia que é modular, uma polícia que busca se posicionar ao lado da sociedade como construtora, também, dessa sociedade, uma polícia que atropela um modelo que está falido, um modelo que não produz mais na polícia que pretende ser parceira de cada cidadão, de cada município e essa polícia precisa ter orçamento para crescimento. Muito obrigado (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada, Coronel.

Com a palavra, o Sr. Luiz Jorge, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso.

O SR. LUIZ JORGE - Boa noite a todos.

Quero cumprimentar os Parlamentares do Estado de Mato Grosso, Deputado Carlão Nascimento e Verinha Araújo, nas pessoas de quem cumprimento os demais; os do município, na pessoa do Vereador César David; extensivo a todos os presentes, cumprimento a professora Cleide, da Escola Ana Maria, que está trazendo os estudantes aqui na iniciação a esse exercício de cidadania, que é a discussão do orçamento do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores aqui presentes, todos, porque neste momento está acontecendo o vestibular da Universidade do Estado de Mato Grosso. Quantos dos senhores têm ao menos uma pessoa, que conhece, que esteja prestando vestibular, certamente na esperança de estar buscando a aprovação no vestibular e, em seguida, após aprovação, com o seu curso, poder dar melhores condições de vida para si e para a família.

Então, nesse sentido, eu quero falar da UNEMAT. Mas não quero falar da UNEMAT enquanto representação da UNEMAT, porque estou falando em nome da ADUNEMAT- Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso, visto que não sei por que cargas d'água não temos a representação da Universidade quanto à reitoria.

E faço crítica até porque é o papel nosso. Nós somos eleitos, o meu cargo é de eleição, o cargo do nosso reitor e de todos os componentes da diretoria, e temos um papel a cumprir. E é muito grave, porque em todo momento somos cobrados.

Quando a UNEMAT faz... Normalmente ela aparece com a imagem negativa, e nós também da ADUNEMAT somos cobrados e procuramos prestar contas disso. Então, quero fazer algumas considerações sobre o ponto de vista da Associação dos Docentes que preocupa não só com a carreira e com o docente, mas também com a universidade. Se a universidade sobrevive, ela consegue cumprir, logicamente temos condições de ter uma realização enquanto professores.

Temos o orçamento da universidade vinculado ao orçamento da arrecadação do Estado. Só que ela está estabelecida em patamar de 3,6 em 2002. Evoluiu para 3,8 em 2003; 4,0 em 2004; e 4,2 em 2005. Estacionou aí.

Só que tivemos, quando da promulgação dessa lei, em 2002, um processo de expansão muito grande da Universidade do Estado de Mato Grosso. Parece ou aparentemente só aqui em Cáceres é que tem alcance. E nós sabemos que já tem alcance em todo o Estado de Mato Grosso. Nem a UFMT, com a idade que tem, não consegue ter esse alcance. Sem contar que a UFMT é bastante elitizada. Ou seja, as pessoas que se formam na UFMT e que se mantêm na Capital, o padrão das pessoas da UFMT é totalmente diferenciado dos formados na UNEMAT. Tanto é verdade que sentimos reflexo disso.

Exame de Ordem é feito à luz das pessoas que têm formação da UFMT de acordo com o padrão, a realidade da Capital ou da região. Nós temos concurso de juízes, concurso de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

promotores, quer dizer, os exames, as avaliações feitas não estão de acordo com a nossa realidade regional, ou seja, das várias microrregiões do Estado de Mato Grosso.

Então, eu quero trazer essa preocupação aos Parlamentares, tanto em nível estadual como em nível municipal, e aos representantes do Poder Executivo Estadual e Municipal, por quê? A Universidade do Estado de Mato Grosso tem cumprido o seu papel, ela tem formado e qualificado seus docentes tanto em nível de ensino médio como em nível de terceiro grau e pós-graduação. E quero que os senhores pensem na universidade numa perspectiva de ampliação do orçamento, visto que nós temos a ampliação da arrecadação do Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, eu gostaria de registrar que nós temos alguns problemas específicos. Só para exemplificar, nós não temos sentido por parte do Executivo Estadual respeito com a universidade, ou seja, nós temos autonomia financeira, nós temos autonomia administrativa e pedagógica; ao menos, deveria ser respeitada a autonomia administrativa, visto que a responsabilidade é do nosso Reitor e de sua equipe perante o Tribunal de Contas, mas ela não tem sido respeitada. Vide um exemplo claro que foi dado aqui.

Nós temos uma campanha salarial para técnicos e para professores, e já foi apresentada uma proposta da própria reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, que a Assembléia Legislativa acabou encampando e o Poder Executivo acabou rejeitando sem fundamentação nenhuma. Aliás, já havia, desde o ano passado, a obrigatoriedade do Governo rever anualmente a tabela de remuneração, porque a Constituição Estadual dispõe que a tabela de subsídios será revisada anualmente. Então, nós estamos há dois anos, indo para o terceiro ano, sem revisão anual, e os técnicos da universidade estão há mais de três anos.

Eu gostaria que os Srs. Parlamentares, independente do nível em que estejam, que o Secretário Yênes, apesar de não a pasta dele, que interviessem nesse sentido, para que houvesse um pouco mais de respeito com a administração da Universidade do Estado de Mato Grosso, visto que os Parlamentares e os detentores do Poder Executivo Estadual e Municipal nos representam - se estão no exercício de suas atribuições, é porque representam, eles foram eleitos para isso -; e o nosso Reitor também tem esse papel.

Como mais um exemplo, para encerrar, gostaria de dizer que nós temos treinado professores que encerraram qualificação em outubro e não foram enquadrados até hoje, esbarrando na burocracia dentro do Poder Executivo Estadual. Esse é o papel que nos cabe fazer, requerer as providências, esperando que tenhamos avançado com relação a isso. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agradeço.

Gostaria de registrar a presença do Sr. Adilson Reis, ex-presidente do CEPROMAT, que muito nos honra com sua presença.

Para encerrar, passarei a palavra para alguns componentes da mesa que a pediram, mas serei religiosa na obediência ao tempo de três minutos.

Com a palavra, o Sr. Túlio Fontes, Prefeito de Cáceres, que dispõe de três minutos.

O SR. TÚLIO FONTES - Na verdade, não ocuparei nem três minutos, apenas para quero dar uma satisfação para o nosso amigo do bairro Vitória Régia, que está aqui na frente.

No sábado eu já havia acionado a empresa, porque já tinham me comunicado por celular que estava havendo um problema de água lá no bairro, e na mesma hora eu liguei para a Companhia da Água, empresa que assumiu os serviços da água em Cáceres, para que não houvesse interrupção.

Nós estamos num processo e seria feita, inclusive, uma licitação nessa questão. O fato é que a antiga empresa simplesmente deixou o município, não só o município, mas o Estado de Mato Grosso. Ela ganhou uma licitação em São Paulo, na Prefeitura de São Paulo, e também do Rio

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

de Janeiro, e deixou seu foco de atuação em Mato Grosso, em Barra do Garças e em outros municípios, além de Cáceres, enfim, porque não interessava mais para a empresa ficar não só em Cáceres, mas em Mato Grosso, e a NOVACOM deixou o município.

Por isso, nós tivemos que fazer uma contratação em caráter emergencial, tudo dentro da lei - o processo está à disposição de todos -, e contratamos essa empresa a título precário, rapidamente, a Companhia da Água, e ela me informou, para resumir, que será feita uma licitação em breve, uma vez que o contrato com a Companhia da Água é de seis meses apenas, mas o fato é que essa empresa me disse que essa questão da água é devido a um conserto que eles estavam fazendo, uma adaptação de sistema, mas que trabalhariam até hoje à noite, e amanhã, no mais tardar, já terá água. Só a título de satisfação.

No mais, como a Deputada Verinha Araújo tinha falado, o nosso índice de ICMS, para que todos tenham conhecimento, é de 1,22%, com essa revisão que houve. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o Deputado Da Silva, que dispõe de três minutos.

O SR. DA SILVA - Também prometo não usar todo esse tempo, querida Deputada.

Quero agradecer a presença de todos. Na fala do prefeito, ele colocou o problema da água, e nós estamos com uma indicação já aprovada por todos os colegas Parlamentares no sentido de mudar a captação de água para a outra margem do rio e de ampliar também essa captação, porque, na verdade, estamos precisando, Sr. Prefeito, de uma ampliação na captação da água, para que possamos estender a rede de água para todos os bairros da nossa cidade, inclusive aquele que Vossa Excelência conhece as dificuldades, o Bairro Santa Catarina, onde as famílias estão tomando água com cem por cento de coliformes fecais. Isso é um problema sério! Nós estamos buscando a ampliação junto ao Governo do Estado e a mudança da captação da água para o outro lado.

E não ocorre só no bairro Santa Catarina. Há vários bairros que estão passando por dificuldades e precisam da ajuda do Governo do Estado, no sentido de resolver o problema dentro do município, porque o município, por si só, não tem capacidade de administrar a situação da água sem aumentar a captação, atender a demanda, e tem aumentado muito o nosso município, a cidade está crescendo, e o município não consegue atender a essa demanda sozinho, precisa do Governo.

No mais, eu quero agradecer a todos por terem atendido ao chamamento e estarem aqui até essa hora discutindo. Aos Srs. Vereadores, ao Coronel Salles, aos Professores, aos alunos, às senhoras e aos senhores, meu muito obrigado, em nome da Assembléia Legislativa, que tão bem soube atender este nosso requerimento. Aos colegas Deputados, Deputada Verinha Araújo, a essa assessoria maravilhosa da Assembléia Legislativa, os nossos sinceros agradecimentos. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Para encerrar, quero deixar duas informações em relação à habitação.

Já passei ao Prefeito que há um programa na Caixa Econômica Federal, chamado Crédito Solidário, lançado recentemente, já do Governo Lula, foi fechado na semana passada, mas ainda há tempo de Vossa Excelência procurar saber, para incluir essas questões de habitação, principalmente essas reformas de habitações aqui elencadas e saneamento também. A Secretaria de Infra-estrutura é a responsável pela elaboração dos projetos ligados ao saneamento, em convênio com o Governo Federal.

Gostaria de agradecer ao Deputado Carlão Nascimento por ter me indicado para assumir a presidência e acabou abdicando dessa condição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS 2005 E A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2004-2007, REALIZADA
EM CÁCERES, NO DIA 28 DE JUNHO DE 2004, ÀS 19:00 HORAS.

Encerro agradecendo a todos os funcionários, imprensa, toda a população que nos acompanhou, as representações que se expressaram, trouxeram as suas falas, o nosso Coronel Leovaldo, podem contar conosco nessa luta que vemos no orçamento. Aos Deputados Carlão Nascimento, João Malheiros, Da Silva, Secretário Yenês Magalhães, ao Presidente da Câmara e ao Prefeito Túlio Fontes, muito obrigada. Boa-noite a todos e a todas.

Declaro encerrada a presente audiência pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ana Lúcia Bigio.